



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*Gabinete da Procuradora-Geral da República*

## **Nota para a Comunicação Social**

### **Arresto preventivo de bens e valores em inquéritos do denominado “Universo Espírito Santo”**

Ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, alínea b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República esclarece que:

O Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) promoveu, nos termos do art.º 228.º do Código de Processo Penal, o arresto preventivo de bens imóveis e valores patrimoniais de outra natureza titulados por pessoas singulares e coletivas relacionadas com o denominado “Universo Espírito Santo”.

O arresto preventivo é uma medida de garantia patrimonial que visa impedir uma eventual dissipação de bens que ponha em causa, em caso de condenação, o pagamento de quaisquer quantias associadas à prática do crime, nomeadamente a indemnização de lesados ou a perda a favor do estado das vantagens obtidas com a actividade criminosa.

Informa-se também, nos termos do art.º 86 n.º 9 alíneas a) e b), que entre os bens objeto de tais medidas, se encontram imóveis integrados no património da Rioforte e suas subsidiárias.

Correm termos no DCIAP, neste momento, 29 inquéritos - este número inclui processos principais e apensos - relacionados com o denominado “Universo Espírito Santo”. Quanto à origem dos mesmos, pode informar-se que alguns foram instaurados por iniciativa do Ministério Público e que outros decorrem de participações do Banco de Portugal e da CMVM, de comunicações bancárias em cumprimento da lei de prevenção e repressão do branqueamento de capitais e ainda de queixas de lesados.

Nestas investigações, o Ministério Público é coadjuvado por elementos da Polícia Judiciária e da Autoridade Tributária e Aduaneira, sem prejuízo do recurso a outros órgãos de polícia criminal sempre que tal se revele necessário.

Dada a matéria que está em causa, a equipa trabalhará também em estreita colaboração com as entidades reguladoras, como o Banco de Portugal e a CMVM.

Os inquéritos relacionados com o denominado “Universo Espírito Santo” encontram-se em segredo de justiça.

Lisboa, 18 de maio de 2015

O Gabinete de Imprensa